



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada dia 27 de Maio de 2022, de conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022) realizou-se a presente **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a **Presidência** do Vereador **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL**: Boa tarde a todos que estão nos acompanhando. Boa tarde aos vereadores, Cidinha do Oncológico, ao nosso presidente Roselei Françoso, que nos acompanham on-line. Com muita satisfação, quero saudar o vereador Robertinho Mori, que está presente nesse momento no Plenário. É com muita satisfação que recebemos a todos nesta tarde. Eu, como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, a pedido do nosso presidindo essa audiência. Declaro aberta a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Carlos, para apresentação e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município para o exercício 2023. Gostaria de convidar para integrar a Mesa a nossa querida amiga, competente funcionária pública municipal, Fabiana Tadeu Colmati, que é diretora da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. E, neste ato, representa o secretário Bill Moreira, que encontra-se, infelizmente, com covid, e não pôde estar presente nessa tarde. Quero justificar a ausência do vereador Gustavo Pozzi: "Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, vereador Roselei, sirvo-me do presente para justificar minha ausência na Audiência Pública para a discussão do Projeto de Lei nº 220/2022, Processo nº 1.774/2022, que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do município para o exercício de 2023 de hoje, 27 de maio de 2022, por razão de saúde familiar, não é possível a presença, neste momento. Subscrevo o presente renovando meus protestos de profunda estima e cordialidade. Vereador Gustavo Pozzi, do PL". Agradeço mais uma vez, aos vereadores on-line, vereadora Cidinha, vereador presidente Roselei, e aqui presencial o vereador Robertinho Mori Roda, a quem eu quero cumprimentar pela brilhante sessão que realizou ontem, em comemoração aos 60 anos da nossa querida Apae. Eu concedo a palavra para a Fabiana, para que ela possa expor a todos os presentes, bem como à população que está nos acompanhando pelas TVs, também pelas redes sociais da Câmara Municipal e pela Rádio São Carlos, todas as informações sobre a LDO do ano de 2023, que será amplamente discutida pelos vereadores. E hoje damos início à essa discussão. Com a palavra, portanto, a diretora Fabiana. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI**: Boa tarde a todos. Boa tarde, Marquinho, todos os vereadores. Como o Marquinho já falou, o nosso secretário Bill, ele testou positivo para a covid agora na hora do almoço, saiu o resultado dele. Então, ele estaria na audiência, mas devido ao resultado positivo, ele não pôde vir. Mas ele está acompanhando a gente on-line. Se precisar de alguma coisa, ele vai dar um aporte aí. Começando, então, a explicação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Vamos passar a apresentação. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL**: Registrar também a presença da vereadora Raquel Auxiliadora. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI**: Começando. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela é elaborada anualmente, com o objetivo de apontar as prioridades do governo para o próximo exercício. Ela é sempre elaborada e entregue até abril, aqui na Câmara Municipal. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi previsto lá no PPA, que é elaborado no primeiro ano de gestão, e ela serve como um elo (sic) de ligação entre essas duas peças do planejamento. Ela também serve para fazer um ajuste nesse planejamento que é feito no primeiro ano de governo, que é o PPA. Ele é feito para quatro anos. E aí a LDO serve para a gente rever esse planejamento e refazê-lo, caso necessário. Como falei, o prazo para encaminhamento aqui na Câmara é o dia 30



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

de abril. Ele está definido, tanto na Constituição Federal, nos atos das disposições constitucionais transitórias, como na nossa Lei Orgânica do município. E ela tem que ser apreciada pela Câmara até antes do início do recesso parlamentar do meio do exercício. Então, enquanto não vota a LDO, ela não é apreciada, a Câmara não pode sair de recesso. Cumprindo essa obrigação legal, então, a gente tem o momento, que foi a entrega da LDO, que ela aconteceu no fim de abril, na última sexta-feira de abril, antes do prazo do dia 30. Ela foi entregue aos vereadores da Comissão de Orçamento e Finanças e ao presidente da Câmara, ali no anexo. Nesse dia também esteve presente lá o vereador Dé, que estava... Falando da LDO em si. Ela foi instituída como obrigação das peças de planejamento pela Constituição de 88. Antes disso, não se tinha a LDO. E ela fala que a iniciativa do Poder Executivo está no art. 165. Ele fala quais são as leis de iniciativa do Poder Executivo e ele fala sobre a LDO, que é estabelecer as diretrizes orçamentárias. Aí sobre o sistema de planejamento, então, a gente tem o PPA, que é esse art. 165 define, que ele é feito então no primeiro ano de gestão e vale para os quatro anos, os três anos do governo e o primeiro do próximo. A LDO, que é feita anualmente, que define as metas fiscais e pega desse PPA de quatro anos o que a gente quer executar no próximo ano. E o orçamento anual, que ele é entregue aqui na Câmara até 30 de setembro, que define os valores, faz a previsão de receita e a fixação da despesa. Também, na legislação, a gente tem lá na LRF, no art. 4º da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal - que define o que tem que ter dentro da LDO. E também a gente tem que seguir as instruções e normas da Secretaria de Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do estado. Sobre LDO, para a sua elaboração a gente teve que fazer as participações populares. E para garantir essa participação, primeira coisa que nós fizemos lá na Secretaria de Planejamento foi disponibilizar um formulário que ficou no site da prefeitura por um mês, do prazo de 10 de março e 10 de abril, onde a gente teve 37 participações das pessoas da sociedade. Esse ano, as participações até que foram baixas, o ano passado a gente chegou a ter mais de 500. Esse era o link do formulário que ficou disponível. E o resultado dessa coleta, uma das coisas era votar em cinco prioridades. Então, a maioria das pessoas votaram que a prioridade era educação, com 31 votos, depois, em segundo lugar, ficou saúde, com 24 votos, em terceiro lugar, o enfrentamento à pobreza e a proteção social, com 15 votos, e em quarto lugar, a infraestrutura urbana, com 10 votos. O que tem demonstrado, então, que a grande preocupação da sociedade, no momento, é que o investimento em educação e saúde, o que vem refletido aqui, inclusive, na Câmara Municipal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ela também define que seja feita uma Audiência Pública para elaboração. E nós realizamos ela aqui em parceria com a Câmara Municipal, que foi de forma híbrida, portanto, garantir a participação da sociedade, os que não poderiam estar presentes, e presencial também, on-line e presencial. Essa audiência ocorreu no dia 30 de março e ela contou com representantes de todas as secretarias e vários vereadores que estavam presentes. Aqui, a gente tem uma foto do dia da audiência, uma matéria que saiu. Falando, agora, sobre o que a LDO tem que constar. Dentro da LDO, a gente tem que ter, ela estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal. Ela orienta na elaboração do orçamento. Também nela tem que dispor sobre alterações na legislação tributária. Se não estiver falando isso, o governo não pode fazer nenhum tipo de alteração na legislação. Ela tem que garantir equilíbrio entre as receitas e despesas. Então, já desde a LDO não pode ter despesa maior que receita, ela garante esse equilíbrio. Ela tem que prever os critérios e as formas de limitação de empenho, contingenciamento de despesa e da reserva de contingência. Ela tem que estimar as renúncias de receita. Ela também define as condições e exigências para transferências ao terceiro setor. Integram elas ao anexo de metas e riscos fiscais. A relação das obras em andamento, que garante que um projeto, uma obra não pode começar, se não tiver sido garantido recurso no orçamento para uma que já está em andamento. E também ela garante os



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

critérios para atendimento das emendas parlamentares, que a partir do ano que vem vão ser executadas de formas diferentes. Falando um pouquinho a definição técnica, só para entender o que é esse anexo de metas fiscais. A gente tem as receitas primárias, que são todas as receitas próprias do município, todas as receitas que compõem o município, não só as próprias, deduzidas as que são financeiras, que são o rendimento das aplicações, as operações de crédito. Aí a gente tem as despesas primárias, que também é todas as despesas deduzidas as financeiras, que é o que a gente gasta com amortização da dívida e com integralização de capital em empresa de economia mista. Então, das receitas primárias, menos as despesas primárias, a gente tem o resultado primário. O que é esse resultado primário? Ele indica quanto que o município consegue sobreviver sem depender de financiamento ou dessas receitas financeiras. Hoje pela manhã, o secretário de Fazenda, Mário Antunes, com a equipe da Fazenda, esteve aqui apresentando as metas, a avaliação das metas. Então, essa meta, ela é definida aqui na LDO, e aí a cada quatro meses a Secretaria de Fazenda vai acompanhando se ela está dentro do previsto ou não. Ela não estando dentro do previsto, cabe ações da Secretaria de Fazenda, como o contingenciamento da despesa e outras medidas. Para quem não pôde acompanhar de manhã, o resultado primário até abril, considerando a receita arrecadada e a despesa liquidada, foi de 182 milhões. Isso quer dizer que o município hoje, ele sobrevive sem depender de receitas financeiras, sem precisar fazer operação de crédito para se manter no custeio, não falando de investimento. Outro indicador que é definido na LDO é o resultado nominal. O que é isso? Existe duas formas de calcular o resultado nominal. Uma é pegando todas as receitas menos todas as despesas, incluindo aí as financeiras também. Ou a outra é fazer o saldo da dívida de um período menos o saldo da dívida do outro período. Que a gente chama tecnicamente, um é acima da linha, e outro é abaixo da linha. Quando a gente faz esse resultado da dívida que tinha em um período, em 31 de dezembro de um ano para 31 de dezembro do outro ano, quando esse número dá negativo quer dizer que a gente está reduzindo o estoque da dívida do município. Então, como o secretário apresentou hoje cedo, nosso resultado nominal até 30 de abril está em negativo em menos R\$ 149.401.607,62. Que quer dizer que a gente está, de 31 de dezembro do ano passado até agora, a gente está reduzindo a nossa dívida nesse montante. E aí outro número que é definido na LDO, que é baseado pelos contratos de financiamento e as dívidas parceladas, a dívida pública consolidada, que até 30 de abril está em R\$ 212,983 milhões, que isso significa 20% da nossa receita corrente líquida. Esses são dados de abril. Para a LDO do ano que vem, a gente está prevendo 1 resultado primário de 35 milhões. Aí a LDO, hoje, prevê que você define para o próximo ano e mais 2. Então, a gente está falando 35 para o ano que vem, 37 para 24 e 38 para 25. Quanto ao resultado nominal, a gente está falando em menos, negativo de 14 milhões para 23, para 24, menos 15 milhões, e para 2025, menos 16 milhões. E aí a dívida consolidada chegaria em 23 em 198,493 milhões, em 2024, em 185 milhões, em 2025, 161,600 milhões, que é o pagamento desses parcelamentos e sua redução. O outro anexo que compõe a LDO é o anexo de planejamento orçamentário. Esse anexo hoje é composto por 139 programas governamentais, incluindo a Câmara, a prefeitura e a administração indireta, que se desmembram em 1.263 mil indicadores, que tem um custo total previsto para o ano que vem de R\$ 1,94 bilhão. Que foi elaborado com base no PPA de 22 a 25, destacando o que era previsto para 23, e passou por uma revisão de todos os órgãos da administração direta e indireta. E a aprovação dos conselhos municipais de políticas públicas pertinentes, quanto à legislação desse conselho, assim prevê. E a novidade para a LDO do ano que vem é sobre o atendimento da mudança que teve a nossa Lei Orgânica, que incluiu o sistema de emendas parlamentares impositivas. Que até este ano a gente definia um valor de ementa que a gente tentava reduzir sempre para a previsão do IPCA. A partir do ano que vem a gente vai começar a separar 1,2% da receita corrente líquida, e desses 1,2%, os vereadores



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

têm que destinar, pelo menos, 30% para ações e serviços públicos em saúde. Então, se fosse pela receita corrente líquida de hoje, que foi apurada até 30 de abril, o valor de emenda seria 12,700 milhões. O que daria por vereador aproximadamente R\$ 605 mil, e o que seria investimento em saúde, por vereador, de 181.500,00. Um investimento total na saúde de 3,800 milhões. Hoje, para 2022, o total de emenda é 8,300 milhões. [falas sobrepostas] **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Trinta por cento do valor... No mínimo, se quiser pôr mais, aí fica a critério do vereador. Esses daí seriam os dados da LDO, e a gente está aqui para qualquer esclarecimento. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Eu pergunto aos Srs. Vereadores, tanto os vereadores que estão on-line como a vereadora Raquel, o vereador Robertinho Mori, que encontram-se conosco aqui no Plenário, se há alguma pergunta a ser feita à diretora Fabiana. A vereadora Raquel. Pois não, está com a palavra. Pode ser daí mesmo. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Boa tarde, vereador Marquinho Amaral, presidindo dessa audiência, vereador Robertinho. Eu acho que a Cidinha que está on-line. Boa tarde também, Cidinha. Fabiana, obrigada mais uma vez. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** E o Roselei também está on-line. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** E o Roselei também. Boa tarde, Roselei. Obrigada, Fabiana, mais uma vez, por apresentar para a gente. Tenho algumas perguntas para fazer. Primeira, sobre a participação popular. Você sabe que sempre é um tema que eu acho fundamental na elaboração de todas as leis, na verdade, eu acho que a participação popular sempre tem que estar presente. Você comentou sobre a participação dos conselhos, quando pertinentes. E aí fiquei com essa dúvida, por que alguns conselhos foram consultados e outros não. Sendo que há conselhos que também são deliberativos, por exemplo, que não constam da lista como consultados. E aí, diretamente, pergunto do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, conselho que está constituído, e que não foi consultado para elaboração da LDO. E também pergunto sobre os pareceres que deveriam vir após 30 de abril. Falei certo? Trinta de abril, que foi a data que veio para a Câmara. Aqui no processo, você disse que virá conforme for passando pelos conselhos. Porque sei que há conselhos que não foram consultados, que enviaram ofício dizendo que fariam a consulta, e a política pública pertinente da área não fez a consulta ao conselho. E parabênzico, por exemplo, o Conselho Municipal da Economia Solidária, que fez a análise, que indicou, fez os indicadores, enviou, inclusive, um anexo com tudo. Então, mostra que é um conselho que é exemplo para o município, e que os demais conselhos consigam fazer o mesmo trabalho. Porque o que a gente vê é que a maioria dos conselhos acaba sendo só um 'ad referendum' à política, a proposta que já veio do governo. E na economia solidária, a gente viu que a proposta também saiu do próprio conselho. Uma outra dúvida, Fabiana. Então, por que não consultou todos e como que vai ser a consulta, agora, quando vai passando. Uma outra questão, que, hoje de manhã, eu observava a LDO, estava lendo. E, assim, é desanimador ver algumas coisas, como, por exemplo, um recorte e cole exato, exato, da lei atual. Não foi colocado um centavo a mais, um centavo a menos. Então, quer dizer, a gente passou um ano, a gente vai passar este ano, e não vão ser cumpridas as metas? Então, eu vou dar um exemplo claro que foi do que vi hoje de manhã, da Cultura. O orçamento do Departamento de Artes e Cultura é exatamente o mesmo, sem nenhum centavo a mais, nenhum centavo a menos. As metas são as mesmas. E tem metas lá, vereador Lucão, que é, por exemplo: "Reformar o teatro municipal". Tem lá um recurso destinado para isso. Não vai reformar este ano? É isso? Porque ano que vem está destinado o mesmo valor, mesma meta para o ano que vem. Então, a gente queria que a coisa acontecesse este ano. E o ano que vem se planejasse coisas a mais. Então, isso vi em outras áreas também, esse mesmo recorte e cole dos anos anteriores. O que nos desanima, porque fica parecendo que a LDO é um papel para se guardar na gaveta e não um instrumento, de fato, de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

elaboração e execução das políticas públicas. Então, faço aqui mais um recado da cultura. Como que no orçamento atual a gente tem 80 mil para o Fundo Municipal de Cultura? E cadê os recursos que ainda não foi colocado lá? Nós já estamos quase em junho, no meio do ano. Então, assim, não vai se executar o orçamento que existe? Então, acho isso muito grave, para uma peça que queria que fosse realidade, que não fosse só uma mera formalidade. E, por fim, Fabiana, gostaria que você me respondesse, aí faço mea-culpa, que não consegui localizar quanto está previsto para novas contratações de funcionários para o ano que vem. Sei que este ano a gente tem reservado R\$ 4 milhões e queria saber o quanto para o ano que vem foi reservado para novas contratações. Obrigada. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Antes da Fabiana estar respondendo, eu quero registrar a presença do vereador Lucão Fernandes, do vereador Bruno e também da vereadora Professora Neusa. E a Fabiana está com a palavra para responder. E quero agradecer também a presença on-line da Ana Luiza Bruno. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Vereadora Raquel, sobre os conselhos, é assim: quando a gente manda o ofício para a secretaria, a gente pede que se apresente aos conselhos. Os que precisam do parecer são os que a lei deles exigem que... que a gente põe no parecer, no processo, são os que a lei de instituição do conselho exige. Então, assim, eu não sei se passou pelos outros, os que a lei não exige. Apesar de ser consultivo ou deliberativo. Esses que estão lá na lei, consta lá "apreciar a Lei Orçamentária", a gente pede para a secretaria mandar. Alguns conselhos, como você mesmo citou, como o da Economia Solidária, o da Saúde, o da Educação, eles, realmente, do Esporte, normalmente, também, discutem bastante mesmo. Alguns, este ano, apesar da insistência, não mandaram o parecer. Desses que ficaram faltando, eu recebi só o da Defesa Civil até agora. Recebi essa semana, inclusive, eu acho que foi terça ou quarta-feira. Por isso que ainda não encaminhei para cá. Estava esperando ver se chegava mais algum. Mas, assim, a gente cobra, ligo direto, fico insistindo, até 30 de abril, fico chorando para eles: Gente, não posso mandar sem o parecer. Para nós, até foi gratificante ver o da Saúde aprovado esse ano, porque foi um que sempre... só recebiam depois, e este ano foi até... Eles tentaram uma audiência, eu acho que uma reunião, não deu o número de pessoas necessárias. Eles marcaram outra e conseguiram, foi assim uma felicidade, porque a gente quer esses conselhos, não só eles, como os outros. Eu acredito que o da Cidadania também, pelo que sei também, é bem atuante. O da Criança e Adolescente também é. Só que aí eles só se manifestam no orçamento, ele não se manifesta na LDO. Então, alguns conselhos têm essa particularidade de acabar se manifestando mais no orçamento. Eu acredito que hoje, a gente tem 12 conselhos que têm esse... 12 ou mais. Que tem esse item na lei que instituiu o conselho de emitir essa declaração. Então, assim, quanto aos que não mandaram, estou de novo na cobrança. O da Segurança Alimentar também, é um que é bem atuante. Só que eles tiveram algum problema com o documento, eles não conseguiram entender algumas coisas. Aí eles remarcarão a reunião deles, não sei como foi a apreciação ou não. Sobre as metas, das metas, das metas e valores. Então, quando a gente pega o que está na lei do PPA e encaminha para as secretarias, para eles analisarem essas metas. E aí da mesma coisa do conselho, eu vou ter que falar da secretaria. Tem secretaria que vai lá, olha meta por meta, refaz meta por meta, tem secretaria que não. Quando não, eu entendo que está tudo certo. Então, eu não posso, eu sentar lá e mudar por conta própria. Mas esses valores, valor financeiro, eles vão ser revistos na elaboração do orçamento. Normalmente, as pessoas dão mais importância ao orçamento do que a LDO, que aí é a hora que define a receita e fixa a despesa, aí eles falam: "Ah, esse valor não dá para as minhas metas". Mas a LDO a maioria não vê. A Saúde vi que trabalhou um pouco com essas metas, com os valores. Algumas secretarias tiveram essa preocupação de rever as metas. Algumas, eu vou ser sincera de falar que não. Não, porque não precisavam, não, porque não reviu. Não sei. Não mandaram nenhum posicionamento para a gente. Aí você falou do repasse



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

do fundo, né? Esse dinheiro do Fundo de Cultura é uma receita própria deles, não é a Fazenda que transfere esse recurso. A lei que institui, pelo menos a que tinha antes, eu não sei se mudou alguma coisa na lei, mas a lei que instituía a Cultura, o Conselho de Cultura, o fundo, ele falava que era bilheteria do teatro e a bilheteria do cinema, que tinha um valor, e aí esse valor ia direto para a conta do fundo. Então, esses 80 mil que estão lá é a previsão dessas 2 bilheterias. Aí, como esteve fechado, eu acho que por isso que não teve arrecadação. Mas agora voltando ele até pode superar. Eu vi que teve um evento esses dias aí no teatro que já teve bastante gente. Teve o cinema também, que está arrecadando. Então, eles dependem mesmo dessa arrecadação dessas bilheterias. E se tiver algum outro repasse que depende da Fazenda, o Mário vai fazendo durante o ano, como é o caso, por exemplo, da Economia Solidária, que a Fazenda faz a transferência, conforme já devem ter até pedido, que eles sempre pedem logo no comecinho do ano. Já o Fundo de Habitação também é uma receita própria, a arrecadação deles tem a lei, tem coisa. Então, cada conselho sobre os repasses tem seus critérios próprios. [falas sobrepostas] **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Desculpa, esqueci da contratação. A parte de contratação da despesa de novas contratações, na LDO, a gente não define, especificamente, a gente só fala do total. Então, hoje, está baseado nessa... no que está no orçamento desse ano, com critério de reajuste, inclusive, por causa do aumento. Então, a gente pode trabalhar. A gente vai afinar esse valor certinho lá no orçamento depois que tiver o impacto sobre o aumento e sobre esta mudança que teve aqui na Câmara, que já voltou. Não sei se já veio de volta. Sobre os novos cargos, que estava dando impacto de 10 milhões anual. Então, aí tudo isso no orçamento a gente vai ter que afinar, para poder garantir essas novas contratações, inclusive, baseado nessa alteração da Lei nº 16.000. Então, hoje, não tem valor, não posso te falar assim um valor, vai, 4 milhões, 2 milhões, porque ele está dentro da dotação de pessoal. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Quero também agradecer a presença do vereador Bira, que encontra-se aqui conosco, depois de uma longa viagem a Brasília. Falou que, inclusive, encontrou o deputado Alexandre Frota. E quero registrar a presença do Bill, nosso secretário de Planejamento, e desejar melhoras ao Bill. Final de semana, sem cerveja, hein, Bill? Eu pergunto aos Srs. Vereadores se há alguém...? Vereador Roselei está com a palavra. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Boa tarde, vereador Marquinho Amaral, que preside esta sessão. Vocês estão me ouvindo bem? Está chegando? [falas sobrepostas] **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Ainda não... Já, já. Já está. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Boa tarde ao secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de São Carlos. Uma boa tarde também aos nossos vereadores, aqui, on-line comigo, a vereadora Cidinha. Mas pude acompanhar a participação da vereadora Raquel, do vereador Bira. Eu vi aí o vereador Bruno, né? Eu acho que também o vereador Sérgio Rocha está por aí, né, Marquinho? **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Não, a vereadora Neusa, o vereador Robertinho e o vereador Lucão. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Dizer da importância. Olha só, esquecendo de cumprimentar, Marquinho, a Fabiana, que é a nossa diretora da Secretaria Municipal de Planejamento, que sempre, de uma maneira didática e pedagógica, tenta transmitir para nós aquilo que foi elaborado, do ponto de vista do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias. Ouvindo aí o questionamento da vereadora Raquel e também a fala da Fabiana, a gente percebe, exemplo do que a gente já viu no passado, a preocupação, na verdade, de mostrar, principalmente, essa questão do equilíbrio entre receitas e despesas. E isso é o papel, de fato, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E eu penso que no momento que nós estamos discutindo é a importância de deixar carimbado algumas metas. E uma que me deixa bastante feliz, uma que nós aprovamos aí na Casa, aqui na Câmara Municipal, que é a questão da emenda impositiva, que deve contribuir bastante com a questão da saúde no nosso município. E



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

existe a previsão já na LDO, assim como existe a previsão também, nós participamos, esses dias, da reunião do Conselho Municipal de Saúde. E ficou muito claro para nós, e também está carimbado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma preocupação que chama a atenção de todos nós, parlamentares, que é a questão das cirurgias eletivas. Então, para o exercício de 2023, já existe essa previsão de dar continuidade nesse trabalho, a fim de desafogar a fila das cirurgias eletivas. Nós sabemos hoje que temos uma fila na ordem de aproximadamente quase 7 mil pessoas aguardando cirurgia eletiva. Nós aprovamos, no ano passado, está sendo executado no decorrer deste orçamento, 1 valor de 1,900 milhão, mais algumas emendas parlamentares conquistadas por alguns vereadores dessa Casa, a exemplo do vereador Elton, que deve contribuir aí com uma redução. Mas há muita gente ainda aguardando. Tenho absoluta convicção que a LDO e a própria Lei Orçamentária vai contribuir bastante com isso. Agora, não discutindo, de forma alguma, com a vereadora Raquel, uma grande vereadora que trabalha essa questão também, principalmente da cultura. Eu acho que a importância de nós discutirmos essas ações é conseguir, na elaboração da LOA − Lei Orçamentária Anual- garantir que nós tenhamos recursos necessários para estabelecer uma política de cultura no município de São Carlos. Eu acho que nós temos tempo para isso ainda. Nós vamos votar, a prefeitura tem obrigação de entregar a Lei Orçamentária Anual até setembro. Depois, nós temos que fazer as Audiências Públicas. E isso, o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças não abre mão, está sempre exigindo que a gente cumpra a lei, né, Marquinho Amaral? É o presidente da comissão. E nessas discussões de cumprir a lei, eu acredito e peço à prefeitura também que o Bill siga o exemplo do que aconteceu no ano passado, que coloque à disposição da população, para que ela possa participar de alguma forma, elencando as prioridades para a política cultural. É lógico que isso é uma forma democrática de se fazer política. Eu acho que tem que ser dessa forma. E, logicamente, também ouvindo os anseios dessa população. Uma coisa que precisa também ter um olhar saltado é que nós saímos de uma pandemia, Marquinho, e que muita gente sofreu com isso, principalmente, os artistas da nossa cidade. Então, fazer política cultural não é só a questão da cultura, é desafogar também uma necessidade que está aí, e, infelizmente, nós sofremos até hoje os reflexos dessa questão pandêmica, de pandemia. Então, penso, Fabiana, se for possível, o Bill, que é o secretário de Planejamento, colocar à disposição da população, na elaboração da Lei Orçamentária Anual, para que a gente possa contribuir e garantir mais recurso para a cultura, isso seria extremamente importante. Com relação ao que a Fabiana colocou, os R\$ 80 mil no orçamento deste ano, eu acho que isso também está relacionado ao próprio reflexo da pandemia. A gente sabe que um dos fatores que arrecada recurso para elaboração do fundo... Deveria ser muito mais do que isso, porque, hoje, é somente, ou majoritariamente, para não dizer tão somente, o nosso teatro e também o cinema. Mas eu penso que a gente podia promover algum tipo de campanha para que a gente pudesse angariar recursos para esse fundo, de forma, da mesma forma que a gente faz com o Fundo da Criança e do Adolescente, a gente faz com o Fundo do Idoso. Eu acho que tem financiamento público para contribuir com a política de cultura no município. Isso sem prejuízo, obviamente, da gente garantir recursos do orçamento, que são advindos dos tributos que a população paga, e que obviamente, tem que ser direito à cultura. A minha fala na tarde de hoje é de cumprimentos à Fabiana, e de atenção que a gente precisa ter com as duas peças importantes. Logicamente, também defendo e penso, Fabiana, que a gente precisa definir uma coisa muito clara, não sei se o Bill consegue falar sobre isso, ou a Fabiana, de um prejuízo que os servidores tiveram com o recurso do 14º salário e também do prêmio assiduidade. É um recurso que está disponível na prefeitura e que, de alguma forma, a gente precisa devolver, a exemplo do que nós fizemos na Câmara Municipal, para os servidores da prefeitura. Ao menos aqueles 6%, que é do prêmio de assiduidade, também precisa, de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

alguma forma, ser devolvido aos servidores da Prefeitura Municipal de São Carlos. Não sei se tem essa meta aí na lei já previsto. Mas se tiver, ou se for possível, dentro das discussões nossas aqui, a gente garantir isso, seria de grande valia para a valorização dos servidores públicos municipais. Só isso. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Com a palavra, Fabiana. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Obrigada, Roselei. Eu vou tentar lembrar de tudo isso aqui, se esquecer de alguma coisa, vocês vão me avisando... [falas sobrepostas] **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** [ininteligível] Plenário. Então eu gostaria, eu sei que a Professora Neusa está aí, mas deixar registrado os meus cumprimentos a ela também e todos os vereadores que estão aí. A dificuldade da gente ver as pessoas do Plenário é grande, on-line, a gente só vê quem está na plataforma. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** É, está a vereadora Neusa, o vereador Lucão. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** [ininteligível] a todos, na verdade, que participam desta valorosa Audiência Pública. Um grande abraço aí a todos e uma ótima tarde. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Vereadora Raquel e vereador Robertinho. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Eu acho que o primeiro item que o Roselei, vereador Roselei falou, foi sobre a cirurgia eletiva. Então, até atendendo a um pedido do vereador Lucão, na nossa audiência de elaboração, para que se tentasse garantir a continuidade desses recursos para a cirurgia eletiva. Foi falado pelo Lucão, mas eu acho que confirmado pelos outros vereadores que estavam presentes naquele dia aqui. A gente conseguiu manter os R\$ 2 milhões para cirurgia. A gente quer manter isso no orçamento, ou até tentar aumentar. Como a gente prometeu outro dia, a gente está lá... **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Quem dera, vamos tentar. Segundo item que o Roselei falou, sobre as audiências e sobre o formulário de participação. Isso daí a gente vai continuar, sim, fazendo, Roselei. É obrigação até legal, ela está definida lá na Lei de Responsabilidade Fiscal, que o município faça essas Audiências Públicas de elaboração. Igual nós fizemos em abril. E esse formulário, ele não é bem definido na lei, mas a gente implantou já, na época que o Caco era secretário de Planejamento. Foi uma ideia que a gente teve lá na secretaria. Atendendo até que algumas prefeituras faziam, o próprio tribunal orientou. A gente tem adotado isso. E vamos continuar, sim, a ideia tem dado certo. A gente só queria mais participação da sociedade, que a gente conseguisse que essas demandas que foram colocadas fossem atendidas. E assim, para mim, é um exemplo muito claro disso, é o Centro de Referência da Mulher, que foi a nossa primeira vez que fizemos esse formulário, ele foi muito solicitado. Até foi um trabalho, acho que da vereadora Raquel, que na época não era vereadora, mas ela fazia parte dos integrantes do Promotoras Legais. Ela fez esse levantamento, e vi isso na mídia. Achei muito interessante. Eu comentava lá dentro da secretaria. E a gente tentou, por anos, ela pedindo. E eu também lá, para a gente garantir. Este ano, está lá no orçamento. A gente queria que fosse mais rápido e melhor. Então, nós vamos continuar, sim, com esses formulários. Eu acho que falou de contratações. Então, aí eu vou pela mesma resposta que dei para a vereadora Raquel. Hoje, o valor é previsto em uma alínea de valorização do servidor público, e ela não é dividida, se é para novas contratações, reposição, é só um total sobre a despesa com pessoal, que está até dentro, até maior do que o que o secretário Mário apresentou hoje, que seriam quase os 40% da receita corrente líquida, ele é bem maior que isso. Sobre uma meta específica para reposição desses valores previstos para o 14º e da assiduidade, isso não tem. Mas, assim, dentro do governo está existindo as discussões lá para se ver como vai ser repostado esse valor. Inclusive, o Mário apresentou hoje que tem esse recurso financeiro ainda guardado para ser analisado lá com o governo, com o prefeito e com os integrantes do governo, como que vai ser devolvido ao funcionalismo. Eu acho que foram esses os questionamentos do Roselei. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Da emenda impositiva também. **SRA. FABIANA**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

TADEU COLMATI: Emenda impositiva. Só teve mais um item, eu falei da cirurgia, mas o vereador Lucão também tinha falado na audiência sobre reforma de Unidades de Saúde. E a gente também conseguiu manter um valor, aliás, até aumentar um valor para construção, reformas e ampliação de Unidades de Saúde. Esperamos manter esse valor aí também no orçamento. Quanto às emendas impositivas, sim, o valor vai ser garantido lá. Só lembrando que a gente vai ter... Que a gente até precisou discutir mais aqui com os vereadores, uma mudança do sistema de como é feita emenda hoje. Porque a partir do momento do sistema de emenda impositiva, as emendas têm que ser feitas já na votação do orçamento e não posteriormente. Então, já conversei com o nosso secretário de Governo, Dr. Edson Fermiano, ele deve agendar alguma coisa aqui com os vereadores. Porque, assim, não vai ser durante o exercício, tem que ser agora em setembro, que eles vão fazer todas as emendas para o exercício seguinte, porque essas emendas, elas têm que compor o orçamento e têm que ser publicadas junto com a peça orçamentária. Então, muda todo o sistema de emendas a partir do ano que vem. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Pois não, vereador Roselei, com a palavra. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Marquinho, a Fabiana tocou em um ponto que eu imaginava mesmo que a gente ia precisar ter essa discussão para se adequar à necessidade de ter uma previsão no orçamento daquilo que nós vamos fazer a indicação. E isso é importante o que ela falou, até para os vereadores irem pensando na destinação dessa emenda. Única coisa que a gente precisa saber, não sei se a Fabiana tem condições de responder isso para a gente já, mas se nós vamos ter que fazer a indicação de apenas aquilo que está imposto na ordem de 30% ao segmento da saúde, ou se nós teremos que fazer a totalidade das emendas. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Vereador Roselei, pelo que eu pesquisei, em todos os municípios que já têm esse sistema de emenda impositiva do estado e também da União, você já tem que fazer a destinação do total. O que pode, assim, por exemplo, um vereador resolve destinar uma porcentagem para eventos culturais, não precisa falar quanto para cada evento, mas ele vai ter que falar que vai ser para eventos culturais, porque a gente vai ter que fazer uma dotação específica dentro da Secretaria de Esportes e Cultura com aquele valor das emendas. Porque até a fonte da execução, para quem está mais acostumado com isso, quando é recurso municipal, a gente trabalha com fonte 1. Quando é sistema de emendas impositivas, o Tribunal de Contas exige que seja de fonte 8. Então, ele vai mudar todo o sistema, não vai entrar mais na mesma ficha da secretaria, ele tem que ter uma ficha específica. **ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Por causa das impositivas? **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Por causa do sistema de emendas impositivas. [falas sobrepostas] **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Todas as emendas, a totalidade de cada, desse 1,2%. E aí isso vai compor, vai ser um anexo dentro do orçamento. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Vai ser, aproximadamente. Estou falando com base nos valores desse ano. Porque a gente vai corrigir isso, seria aproximadamente 600 mil por vereador, sendo desses 600 mil, 180 mil... **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Não, tudo é impositivo. Sendo 180 mil para a saúde. Os 600 mil todo vai ser impositivo, tem obrigação do município de executar inteiro. O que pode... **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Não, dos 600 mil, 180 mil... **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** É impositivo também, mas não é... **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** O vereador que vai decidir onde ele quer aplicar. O que vai poder... [falas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

sobrepostas] **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** O que vai poder, que a lei fala é sobre os restos a pagar. Quer dizer, pode o montante que não foi executado, até 1X que não for executado passar para o próximo ano, mas aí continua, não perde, fica 1,2% mais aquilo que não executou. Mas é por questões... E também pode, assim, vamos supor que o vereador acaba fazendo uma emenda, vamos dar um exemplo, para uma entidade, aquela entidade não pode receber, não atende os critérios da secretaria, ou não tem alguma documentação. O vereador pode alterá-la. Mas aí o município vai ter que falar para você, e vocês redestinar. Mas o município só pode mudar com a autorização do vereador. Então, assim, alguns critérios que estou pesquisando muito os municípios, conversando, porque é tudo uma novidade para a gente. Mas, assim, a princípio, é isso aí. Agora, na votação até o fim do ano, até dezembro, você já tem que definir todas as emendas para o ano seguinte. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Fabiana, inclusive, eu queria sugerir se nós não podemos mais para o final do ano estar fazendo uma reunião entre os vereadores, os assessores e o conjunto técnico da prefeitura, para que nós possamos estar fazendo uma capacitação para essa nova realidade de emendas. É uma sugestão que nós estamos apresentando. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Estive conversando com o Dr. Edson essa semana sobre isso, levando essa demanda para ele, que a gente já tem que começar a trabalhar. Então, nem que tenha que ser no fim do ano. Eu acho que tem que ser já. Já, é breve. Porque, no fim do ano, você já tem que estar com tudo isso pronto. Tem vereador que gosta de outro sistema de destinação de emenda. Então, eu acho que já... [falas sobrepostas] **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Eu vou conversar com o Presidente da nossa Casa, para estar junto com o Dr. Edson, costurando essa capacitação para os vereadores e assessores. Eu acho que seria muito importante, para nós não termos problemas futuros. Eu quero registrar a presença do vereador André Rebello. E pergunto aos Srs. Vereadores se há mais alguém que deseja fazer pergunta. Não havendo, eu quero passar a palavra para Ana Luiza Bruno, que está nos acompanhando on-line e que gostaria de estar fazendo uso da palavra. Ana Luiza. **SRA. ANA LUIZA BRUNO:** Vocês me escutam? Sim? Queria dar boa tarde a todos, a todas, a 'todes'. Convidar vocês para celebrar esse momento de democracia. Eu estou usando cada pedacinho do espaço democrático, celebrando no momento que a gente está vivendo, é motivo de celebração mesmo. E eu estou aqui na qualidade, então, de trabalhadora da cultura, e atualmente, eu defino a função do presidente de Conselho Municipal de Cultura. E os senhores vão se lembrar a dificuldade que foi para a gente ter a retomada desse conselho. Foram duas Audiências Públicas na Câmara para chamar uma conferência, que levou quatro meses para a Diretoria de Cultura chamar essa conferência. E aí, no último segundinho do segundo tempo, a gente conseguiu realizar, conseguiu fazer a eleição. E ainda assim, a gente vem sendo sistematicamente boicotado. A motivação desse boicote é justamente que a cultura não tem dinheiro, então, a gente não tem como fazer transparente a gestão, fazer uma política cultural, porque a gente não tem recurso. E aí, curiosamente, a gente também foi informado, no dia 28 de abril, o diretor de Cultura manda para a Fabiana dizendo que, infelizmente, o Conselho de Cultura não deu um parecer. Coitadinhos, né? Eles foram eleitos em fevereiro, queria lembrar vocês. Mas a gente até hoje, 27 de maio, não tem uma comunicação do diretor de Cultura. Então, a gente queria entender um pouquinho como que a gente vai avançar, que tipo de transparência que a gente quer. E aí eu gostaria, então, pegando a fala da Fabiana, no art. 3º, inciso III, da própria lei do conselho, a gente tem bem clara a importância da participação do conselho nessa definição dos valores que vão ser destinados para o setor. Além dessa, a gente tem a Lei de Responsabilidade Fiscal também nos apoiando, para a gente ter a garantia dessa participação na



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

tramitação da LDO. Então, meus senhores, eu gostaria muito, assim, de não precisar. O meu trabalho não é vir aqui cobrar o que já deveria estar sendo feito, que é a gente ter o plano municipal de 2018. Foi revisto em 2018 o Plano Municipal de Cultura, então, ele é fresquinho. Lá, está dizendo para a gente chegar em 3% do orçamento municipal destinado para a cultura. E como o Roselei falou, sim, nosso setor foi um dos que mais sofreu, foi o primeiro a parar, o último a voltar, e é aquele que é jogado. Então, eu gostaria de perguntar para os senhores se os senhores sabem qual é a porcentagem do que foi realizado no ano passado. E aí vocês vão cair de costas, porque a gente não chegou a 0,3, a gente teve 0,23% do orçamento. Então, é por isso que eu estou aqui para registrar que o que a gente quer é diálogo com o Poder Executivo, mas não tem diálogo, se não tiver dinheiro. E aí, graças a Deus, a gente tem a vereadora Raquel, que está aí e que, realmente, não deixa passar. São direitos dos trabalhadores da cultura na construção de políticas públicas transparentes. Então, eu gostaria muito de contar com o compromisso dessa Casa, no sentido de fiscalizar, propriamente, como é que a gente vai para um ano seguinte colocar o mesmo valor, nem um centavo a mais, sendo que a gente teve esse tanto de catástrofe mesmo, que afetou todo mundo, e a gente não tem um tiquinho de incentivo. E aí eu convido também os Srs. Vereadores a estarem com a gente nessa luta, para restituição do nosso fundo municipal, que tinha 800 mil e que foi 'rapelado' no Fundo Covid. Então, se vocês puderem colaborar com a restituição desse valor do Fundo Municipal de Cultura, é uma cadeia que alimenta muitos trabalhadores. Então, se a gente souber aproveitar na retomada do espaço público dos shows, dos espetáculos, a gente puder aproveitar, o dinheiro está indo e ele vai sendo distribuído. É um grande setor para essa distribuição. Queria deixar aqui registrado que não passe nessa Câmara essa proposta indecente. E que, realmente, pelo menos o diretor de Cultura seja notificado por não ter realizado essa comunicação com o instrumento legal, previsto, pelo menos em duas leis, estou usando a Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria Lei do Conselho Municipal de Cultura, para o parecer do orçamento. Tá bom? É isso que queria falar. Muito obrigada pela abertura, pela possibilidade da fala, pelo menos. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Passo a palavra para a Fabiana. Obrigado, viu, Ana Luiza, pela sua participação. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Boa tarde, Ana Luiza. Todos estão ouvindo. Só para esclarecer, no dia 17 de março, nós mandamos ofícios para todas as secretarias pedindo essa manifestação dos conselhos, nós, a Secretaria de Planejamento. E aí nós colocamos dentro desse ofício um cronograma, que definia, então, o período que esse formulário de sugestão ia ficar no site. Na data da Audiência Pública que foi realizada aqui na Câmara e no dia dessa Audiência Pública eu coloquei esse cronograma também. E aí tinha pedido para as secretarias que até o dia 14 de abril me encaminhassem a manifestação dos conselhos. Vai fazer praticamente um mês. Sei que alguns conselhos só se reúnem mensalmente. Alguns demoram um pouco mais, mas daria tempo de tentar chamar uma extraordinária. Em alguns casos, nem assim conseguiram. E a gente pediu só essa manifestação dos secretários ou dos responsáveis pelo conselho, que nos avisassem, que foi o caso, por exemplo, da Secretaria de Esportes e Lazer, que encaminhou esse ofício que você cita aí no finalzinho do... Foi no dia de entregar, que é um dos que eu pedi: Pelo amor de Deus. Porque eu tinha que colocar alguma coisa dentro, falando que só teve duas reuniões, que o conselho tinha sido recentemente constituído, e que eles não tinham tido algumas reuniões sobre a LDO e que eles iam fazer posteriormente. Então, é um dos conselhos que está pendente ao envio do parecer para envio aqui para a Câmara Municipal. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Eu pergunto se há alguém mais para fazer uso da palavra, para fazer alguma pergunta. Pois não. **SRA. ANA LUIZA BRUNO:** [ininteligível] data para que o conselho possa se manifestar e mandar o parecer? Seria importante para a gente. Já levo para os demais conselheiros. Se for possível, para [ininteligível] também o trabalho.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

[falas sobrepostas] **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Ela quer saber de uma nova data, Fabiana, que ela possa estar entregando para você. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Ana, o processo agora, ele já está em tramitação aqui na Câmara. A previsão, eu acho que é uma votação agora no fim de junho... Não, desculpa, 1 no fim de maio, e 1 no meio de junho, que são 15 dias entre 1 e outra. Lá pela Secretaria de Planejamento a gente só vai recepcionar o parecer e encaminhar para cá. Mexer, alterar. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Tá, 20 de junho e 30 de junho as 2 votações. Então, assim, se o conselho quiser fazer alguma alteração, a Secretaria de Planejamento não pode mais, não posso mudar o processo que está na Câmara Municipal, porque já está nas comissões. Então, a partir desse momento a gente não tem mais essa possibilidade de alterar. Então, assim, o parecer que vier até dia 20 de junho, antes da votação, eu vou encaminhar. Eu quero encaminhar agora até... eu acho que no dia 17 é feriado, até o dia 10 de junho eu quero mandar todos os que... Vou começar a cobrar, para até dia 10 mandar tudo, para não atrapalhar o trâmite aqui dentro da Câmara, das comissões. Mas alteração eu não posso fazer mais. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Presidente Marquinho, posso fazer uma proposta? **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Pois não, vereadora. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Fabiana e Ana Luiza, já falo para as duas, será que nós não conseguimos, para a elaboração do orçamento, Fabiana, sua presença, talvez, em uma reunião do Conselho de Cultura para explicar, fazer todo esse apontamento da construção dessas leis? Como você sempre já tem... Sei que você tem isso preparado. Para antes, anterior ao orçamento, para que o conselho se apodere de todos esses cronogramas e possa, de fato, como o Conselho de Cultura foi um conselho, que foi preterido da formulação da LDO, que no orçamento a gente possa corrigir isso e fazer com que ele possa participar. E aí talvez se a sua presença em uma reunião do conselho eu acho que seria muito interessante para ajudar o conselho a poder participar e fazer as suas contribuições. **SRA. FABIANA TADEU COLMATI:** Posso, posso participar, sim, não só no momento da elaboração ou antes. Aí só explicando que a parte financeira, que às vezes é que chama mais atenção da LDO, ela vai ser revista no orçamento. Então, ainda temos a possibilidade. O que não consigo alterar agora é meta. A meta que está lá, você até citou da reforma do teatro ou de alguma outra coisa. Aquela meta eu não consigo alterar. A parte financeira, no orçamento, a gente vai revê-la com base na receita que vai ser prevista com a Secretaria de Fazenda. Mas eu participo, sim, só me avisar lá. **SR. PRESIDENTE MARQUINHO AMARAL:** Alguém mais gostaria de fazer alguma indagação, alguma pergunta? Não havendo, quero agradecer a presença do secretário, nosso querido amigo, Eduardo Moreira, o Bill. Agradecer a presença da vereadora Cidinha, vereadora Raquel, do vereador Robertinho, vereador André, vereador Lucão, vereador Bira, que passou por aqui, da vereadora Neusa. Agradecer à Fabiana, que, mais uma vez, esteve nesta Casa. Está sempre aberta a conversar, a dialogar, a mostrar seu trabalho aos vereadores, sempre com muita competência, diga-se de passagem. E agradecer à Ana Luiza, que representa o Conselho de Cultura. E ser solidário, porque nós temos visto o esvaziamento tremendo nos últimos tempos, já do governo anterior e que continua, atualmente, da política pública da cultura. E pode contar com o apoio dessa Casa, tenho certeza que todos os vereadores estão com esse mesmo pensamento. E eu quero, ao encerrar, agradecer a presença de todos, desejar um ótimo final de semana. E que Deus nos abençoe. Um abraço. Declaro encerrada a presente Audiência Pública.